



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº. , de 2019
(Do Sr. Eli Corrêa Filho)

Requer o DESARQUIVAMENTO de proposições.

Senhor Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelência, nos **termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados**, para que as seguintes proposições de minha autoria sejam **desarquivadas, conforme relação abaixo:**

PDC 172/2015 – Susta os efeitos do § 2º, do artigo 47 da Resolução 23.432 de 30 de dezembro de 2014 do Tribunal Superior Eleitoral que dispõe sobre a prestação de contas dos partidos políticos.

PL 418/2011 – Proíbe o envasamento e a comercialização de bebidas em embalagem PET e dá providências correlatas.

PL 1767/2011 – Dispõe sobre a pesagem de produto pré-medido. Explicação: Para que os consumidores confirmem os pesos apresentados nas embalagens.

PL 1768/2011 – Acrescenta parágrafo único ao art. 331, do Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, aumentando a pena do crime de desacato quando praticado contra policiais civis e militares e guardas civis.

PL 1523/2015 – Altera o art. 980-A da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que trata da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).

PL 3812/2015 - Dispõe sobre a “cobrança casada” nas faturas de telefonia móvel e dá outras providências.

PL 8149/2017 – Inclui o § 4º A, no Art. 6º, da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Explicação: Trata do prazo para o partido coligado ter restaurado seu direito de postular em juízo isoladamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 10261/2018 – Altera a Lei nº. 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

PL 11211/2018 - Altera a Lei nº. 12,351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, para dispor sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, e dá outras providências.

PLP 386/2014 – Altera a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Explicação: Inclui os notários e oficiais registradores no Simples Nacional.

PL 346/2017 – Inclui a alínea “r” no inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº. 64, de 18 de maio de 1990. Explicação: Torna inelegível o Presidente da República, o Governador e o Prefeito que descumprirem as propostas de governo apresentadas na campanha eleitoral.

PLP 490/2018 – Acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de doações eleitorais acima dos limites legais.

Sala das Sessões, em de de 2019.

**Eli Corrêa Filho
Deputado Federal**